

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

REFLEXÕES SOBRE A PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NA LEI 14.133/2021: UM APROFUNDAMENTO A PARTIR DO ENUNCIADO 42 DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL..... 25

Matheus Barbosa de Oliveira e Silva

Introdução.....	25
1. Renovação de quantitativos não é acréscimo.....	27
2. Bens de consumo	29
3. Bens permanentes	31
4. Serviços continuados.....	32
5. Serviços não contínuos ou por escopo.....	34
6. A regulamentação da matéria em âmbito estadual e municipal: uma janela de oportunidade	35
7. Conclusão.....	37
Referências	39

CAPÍTULO 2

DA LEGALIDADE À EFICIÊNCIA: AS TRANSFORMAÇÕES NA TEORIA DAS NULIDADES DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS À LUZ DA LEI 14.133/2021 43

Camila Madeiro Frota

Danuze Livia Nunes Freire

Introdução.....	43
1. O ato administrativo na teoria das nulidades	44
2. As inovações da Lei 14.133/2021	48
3. Conclusão.....	54
Referências	55

CAPÍTULO 3

O BEM DE LUXO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: LOOPING INFINITO PARA SUA (IN)DEFINIÇÃO..... 57

Amanda Amarante Moreno

Sarah Carolina Viana de Macêdo Carneiro

Introdução.....	57
1. Limitação dos recursos e qualidade do gasto público ou por que vedar a aquisição de itens de luxo?	60
2. Regulamentação via decreto	63
2.1. Critério objetivo	64
2.2. Critério subjetivo.....	66
3. Conclusão	68
Referências	70

CAPÍTULO 4

PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL SOB A ÉGIDE DA LEI 14.133/2021 73

Wilma de Brito Gonçalves Menezes

Alessandro Prazeres Macedo

Introdução.....	73
1. Desenvolvimento.....	75
1.1. Fundamentos legais	75
1.2. Aspectos práticos de implementação.....	77

1.3. Desafios enfrentados pela Administração Pública	84
1.4. Impactos esperados nas contratações governamentais	87
2. Conclusão.....	91
Referências	92

CAPÍTULO 5

A RETOMADA DA ESSÊNCIA DA ASSESSORIA JURÍDICA NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES: AMPLIAÇÃO DE SEU PAPEL PARA DEFESA DE AGENTES PÚBLICOS COMO INCENTIVO À ATUAÇÃO PROATIVA E EFICIENTE DOS TOMADORES DE DECISÃO	95
---	-----------

Natally Vasconcelos de Mendonça

Introdução.....	96
1. A assessoria jurídica e seu papel nos processos de contratação pública	97
1.1. Matriz constitucional.....	97
1.2. A assessoria jurídica na Lei 8.666/1993: deslocamento da função de controle e o medo como aliado do advogado público.....	99
1.2.1. O parecer como resultado da atividade consultiva, função típica da assessoria jurídica, e a desnaturação do objetivo real de auxílio ao gestor pela sobrecarga do controle punitivo	102
1.3. A assessoria jurídica na Lei 14.133/2021: a retomada de sua essência representativa, consultiva e de assessoria aos gestores públicos.....	107
1.3.1. Do controle de legalidade da contratação. Manutenção da função atípica e sua ampliação para a verificação além-minutas	109
1.3.2. Do exercício das funções típicas e o apoio aos agentes públicos. Viés democrático da NLLC e a construção da juridicidade	111

1.3.3. A defesa de agentes públicos pela advocacia pública como incentivo à atuação proativa e eficiente dos tomadores de decisão. Mudança de paradigma e a busca pela real eficiência.....	115
2. Considerações finais.....	118
Referências	120

CAPÍTULO 6

O PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL: PODER DEVER DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 123

Luciana Gomes Branco de Sousa

Introdução.....	123
1. Das fases do processo de contratação pública	124
1.1. Da fase preparatória.....	125
1.1.1. Do planejamento	125
2. Da governança da contratação.....	129
3. Dos instrumentos de planejamento.....	133
3.1. Do Plano de Contratação Anual.....	133
4. Conclusão.....	140
Referências	141

CAPÍTULO 7

ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS GERENCIADAS POR MUNICÍPIOS: POSSIBILIDADE DE ADESÕES POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES E A DESCONSTRUÇÃO DO FEDERALISMO DA DESCONFIANÇA FIXADO NO ART. 86, § 3.º 143

Andryu Antônio Lemos da Silva Junior

Thiago Albuquerque Fernandes

Introdução.....	144
-----------------	-----

1.	Do procedimento auxiliar de registro de preços na doutrina brasileira e das normas “gerais” estabelecidas na Lei 14.133/2021 sobre o tema.....	147
1.1.	Do conceito e das características do sistema de registro de preços na doutrina e na jurisprudência pátria.....	148
1.2.	Da vantajosidade e da economicidade na utilização do sistema de registro de preço nas licitações e contratações públicas.....	150
1.3.	Das condições e dos parâmetros legais para utilização do sistema de registro de preços na Lei 14.133/2021 e o case da regulação do tema no município do Jaboatão dos Guararapes – PE.....	152
2.	Do pacto federativo brasileiro e as eventuais competências dos entes federativos	154
2.1.	Do conceito doutrinário referente às normas materialmente gerais e materialmente específicas	156
2.2.	Da competência da União para estabelecer normas gerais relacionadas às licitações e aos contratos administrativos	158
2.3.	Da autonomia administrativa dos municípios e da eventual legitimidade constitucional do estabelecimento de normas materialmente específicas.....	159
3.	Do instituto de adesão à ata de registro e da interpretação dos dispositivos da Lei 14.133/2021 conforme a Constituição Federal ...	160
3.1.	Do conceito e da natureza jurídica da adesão.....	160
3.2.	Dos limites legais fixados pela Lei 14.133/2021 e da leitura de seu § 3.º do art. 86 com a utilização do instituto da interpretação conforme a Constituição Federal	161
4.	Conclusão.....	162
	Referências	164

CAPÍTULO 8**CENTRALIZAÇÃO DE COMPRAS NA LEI 14.133/2021:
COMPULSORIEDADE NA IMPLEMENTAÇÃO E O PROTAGONISMO
DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS..... 167***Adriana Sodré Dória*

Introdução.....	168
1. Compras públicas e a governança nas contratações.....	172
2. Centralização de compras.....	176
3. A centralização de compras e a Lei 14.133/2021	179
3.1. Economia de processo	181
3.2. Economia de informação.....	183
3.3. Economia de escala.....	184
3.3.1. O Sistema de Registro de Preços: compras compartilhadas.....	186
3.3.2. A experiência das centrais de compras.....	188
3.3.3. Os consórcios públicos.....	191
4. Conclusão.....	198
Referências	199

CAPÍTULO 9**DO INSTITUTO DA DILIGÊNCIA NOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS
DA NOVA LEI 14.133/2021 E O AMPLO DEVER-PODER DE CAUTELA 205***Fabio Vilas Gonçalves Filho*

Introdução.....	205
1. Entendendo a diligência no contexto doutrinário, jurisprudencial e sua aplicação legal de modo amplo.	206
1.1. Diante dos argumentos apresentados inicialmente, cumpre fazer algumas indagações e respondê-las para uma melhor compreensão	212

2. Tipos de erros (formais x materiais x substanciais).....	218
3. Da juntada de documentos novos e sua extensão.....	220
4. Conclusões	222
Referências	223

CAPÍTULO 10

A RESTRIÇÃO GEOGRÁFICA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÕES PÚBLICAS PARA OS AGENTES ECONÔMICOS DE MENOR PORTE: REFLEXÕES APÓS A RECLAMAÇÃO 59.618/SE 227

Francisco Alves da Cunha Horta Filho

Gisella Maria Quaresma Leitão

Introdução.....	228
1. Compreendendo a Reclamação 59.618/se e a questão de direito nela inserida.....	229
2. A base normativa para uma avaliação sobre a viabilidade de uma providência afirmativa em licitações públicas	233
2.1. O princípio da competitividade das licitações públicas: elemento característico essencial da disputa.....	233
2.2. O princípio da igualdade: pressuposto para que se possa falar em competitividade.....	235
2.3. O princípio federativo como forma de Estado: a igualdade entre os entes como condição para a subsistência de uma federação	238
3. O tratamento diferenciado para as microempresas e para as empresas de pequeno porte nas licitações públicas.....	241
3.1. A importância das microempresas e das empresas de pequeno porte para o desenvolvimento econômico nacional e para a materialização do direito social ao trabalho.....	241
3.2. As compras públicas e seu papel de protagonismo na consecução dos objetivos constitucionais.....	244
4. O sistema protetivo às microempresas e às empresas de pequeno porte no sistema de licitações públicas.....	247

4.1. Os privilégios previstos na legislação para fomentar a participação das microempresas e das empresas de pequeno porte no processo de compras públicas.....	247
4.2. A questão da restrição geográfica para a participação no processo de licitação pública.....	248
5. Conclusão.....	253
Referências.....	254

CAPÍTULO 11

REFLEXÕES SOBRE A CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 10 DA LEI 14.133/2021: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O DEBATE..... 257

Gisella Maria Quaresma Leitão

Angela Crystine Catarino Klemps

Introdução.....	257
1. As funções da advocacia pública no curso do processo licitatório e a previsão do art. 10 da Lei 14.133/2021	258
2. O entendimento de que a previsão legal do art. 10 da Lei 14.133/2021 seria inconstitucional	261
3. Os argumentos que defendem a constitucionalidade da previsão de atuação da advocacia pública em favor dos agentes públicos.....	264
4. Conclusão.....	269
Referências	270

CAPÍTULO 12

NOVA LEGISLAÇÃO, VELHAS POLÊMICAS: AFINAL, O AGENTE DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIRO E COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DEVEM ELABORAR O EDITAL?..... 271

Jamil Manasfi

Amanda Guiomarino

Introdução.....	272
-----------------	-----

1. Confecção do edital e sua localização na fase preparatória.....	272
2. Relação dos agentes da fase de seleção do fornecedor com a impugnação ao edital.....	273
3. A segregação de funções e suas implicações.....	275
4. Conclusão.....	284
Referências.....	285

CAPÍTULO 13

UM NOVO OLHAR SOBRE AS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E O PROCESSO DE RESPONSABILIZAÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 14.133/21 287

Carmen Boaventura

Considerações Preliminares.....	287
1. O dever de apuração e a aplicação de sanções administrativas	289
2. Infrações administrativas e sujeitos envolvidos	291
3. Espécies sancionatórias.....	292
3.1. A advertência	293
3.2. A multa.....	294
3.3. O impedimento de licitar e contratar e a declaração de inidoneidade.....	295
3.4. Características gerais sobre as espécies sancionatórias	296
4. O processo de responsabilização.....	299
4.1. O Rito procedimental	299
4.2. Os meios de defesa	300
4.3. A correta instrução do processo de responsabilização	305
5. Outras disposições envolvendo o regime sancionatório	307
Conclusão.....	309
Referências.....	311

CAPÍTULO 14**O NOVO DECRETO QUE REGULAMENTA O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL: PRINCIPAIS PONTOS E QUADRO COMPARATIVO 313***Viviane Mafissoni***CAPÍTULO 15****AFINAL, PARA QUE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR? 345***Vanessa de Mesquita e Sá*

Introdução.....	345
1. Os diplomas legais de licitações e contratos e o planejamento de contratação.....	348
2. O estudo técnico preliminar	355
3. Da obrigatoriedade ou não da elaboração do estudo técnico preliminar	366
4. Considerações finais.....	375
Referências.....	376

CAPÍTULO 16**OS LIMITES DA DILIGÊNCIA NAS LICITAÇÕES PÚBLICAS SOB A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E O PARADIGMA DO NOVO DIREITO ADMINISTRATIVO..... 379***Priscilla Vieira**Thayse Dias*

Introdução.....	379
1. Breve histórico legal.....	382
2. A redefinição dos limites da diligência	385

3. O enfoque no novo direito administrativo	392
4. Conclusão: a importância da adequada diligência sob o novo paradigma.....	396
Referências	397

CAPÍTULO 17

O ADVENTO DOS CRIMES LICITATÓRIOS DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS INCORPORADOS AO CÓDIGO PENAL

401

Alcione Silva Quintas

Nicole Souza Peixoto

Introdução.....	401
1. Contexto histórico dos crimes licitatórios	403
2. Procedimento processual dos crimes licitatórios da Lei 8.666/1993	403
3. A incorporação dos crimes licitatórios ao Código Penal	405
4. Tipos penais dos crimes licitatórios	406
5. Conclusão.....	411
Referências	412